

Maurice Blanchot e a literatura como liberdade e libertação

MAURICE BLANCHOT (1907-2003) teve uma vida relativamente pobre de acontecimentos exteriores. Nasce em Quain, pequeno vilarejo que integra a pequena comuna rural de Devrouze, na Borgonha francesa, de família aristocrática. Estuda filosofia em Estrasburgo, onde conhece o filósofo Emmanuel Levinas, um amigo da vida inteira, que o influenciará de forma essencial, e por quem será influenciado, iniciando a série de amizades profundas que marcará sua vida inteira, e que narram talvez o que haja de mais narrável em sua vida. Nos anos 1930, desenvolve em Paris uma carreira de jornalista em jornais de extrema-direita, como o *Journal des débats*, e *Le rempart*, em uma militância nacionalista da qual se arrependerá adiante. Em 1940, conhece Georges Bataille, com quem manterá laços de amizade importantes, e uma colaboração intelectual intensa, até a morte deste. Em parte por uma saúde frágil, em parte por uma opção estratégica, viverá uma vida relativamente reclusa, estritamente dedicada à escrita. Sua biografia mostra-o de fato vivendo longos períodos em quase completo isolamento, distante até mesmo dos seus amigos mais próximos, e relacionando-se com o mundo exclusivamente por meio da escrita, por cartas, por exemplo. Data do final dos anos 1940, de depois da guerra, o início de sua obra mais relevante de crítico literário, que revolucionará a maneira de ler literatura; assim como a de ficcionista, com “relatos” (*révits*) este é o termo que adotará, por oposição ao de *romance* situados em um espaço difícil de ser definido: nem interiores, psicológicos, nem exteriores, contendo poucos acontecimentos narráveis. Nos anos 1960, sobretudo em torno de 1968, milita com outros intelectuais junto aos estudantes. Sua militância agora é de esquerda. Escreve então panfletos anônimos, mas que contêm a marca inconfundível da assinatura de sua escrita. Inteiramente recluso, oculto, recusando-se a ser entrevistado ou fotografado, acaba produzindo em torno de sua pessoa uma aura sagrada, aparentemente involuntária, que alimentará muitas polêmicas e mal-entendidos, mas que corresponde ao programa de autoapagamento que estabelece para a ficção e para a crítica. Nos últimos anos de sua vida comparece à cena e ao debate político com cartas ou declarações transmitidas por pessoas próximas. Falece em 2003, com 95 anos.

A soberania da escrita

Como crítico literário, Maurice Blanchot está no centro da profunda renovação pela qual passam as ciências humanas, a filosofia e sobretudo a crítica francesa na segunda metade do século XX. Centro, no entanto, discreto, evanescente, que parece ter sempre (ou quase) se recusado às instâncias do reconhecimento, e de visibilidade do poder. Autor de ensaios límpidos, não acadêmicos, pertencentes a uma época em que o ensaísmo ainda não se tornara prerrogativa exclusiva universitária, seus escritos, no entanto, abrem bibliotecas universitárias inteiras. A recusa da visibilidade repousa sobre uma estratégia profunda de libertação da crítica do assujeitamento a qualquer utilização, ou função. A literatura, compreendida como gesto ao mesmo tempo ficcional e crítico, é antes de mais nada liberdade e libertação. Seu estilo único contém uma assinatura singular. Blanchot escrevendo sobre os mais diversos autores da literatura mundial é sempre Blanchot. Questões essenciais de sua crítica vão reaparecer em obras tão díspares como as de Roland Barthes, Michel Foucault e Jacques Derrida, para ficar nos nomes mais célebres, autores que se consideravam próximos a ele, e que sempre manifestaram de maneira explícita a dívida para com os seus textos.

No entanto, por que temos sempre a impressão ao lê-lo de que apenas começamos a fazê-lo? Por que temos sempre a impressão de que tocamos em algo inatingível, em uma aproximação que nunca toca no centro vivo de sua questão central? Porque o centro de seus textos, de sua crítica, contém um gesto, um desejo integral de dissipação, de desaparecimento, um modo incontornável de apagar-se e apagar os contornos de si mesmo. A recusa rigorosa de se deixar fotografar ao longo de sua vida praticamente inteira não é um gesto acidental, explicável por uma qualquer razão psicológica, como uma timidez tingida de arrogância (o que daria no mesmo). Ela contém um programa inteiro que sua crítica e sua literatura não fizeram mais do que explicitar. É a recusa de transformar a escrita, a literatura em um mero apêndice de uma personalidade biografável, de uma vida que acaba despertando muito mais interesse do que a literatura. Esse caráter esquivo programático em Blanchot consiste em fazer da solidão, do isolamento, a exigência fundamental da literatura, a fonte de sentido do ato crítico e ficcional. Em um tempo em que nos acostumamos a ouvir repetido cada vez com mais frequência o mantra da inseparabilidade entre vida e obra, Blanchot faz da separação entre as duas a própria gênese da literatura. A literatura nasce da negação da vida do autor, e o autor, por sua vez, nega a obra como única maneira de “fazê-la”.

A questão da literatura

Concentremo-nos em *A parte do fogo* e *O espaço literário*, as coletâneas que estabelecem com clareza o seu método crítico. No primeiro livro, Blanchot desenvolve o motivo da negatividade; e no segundo o de *désœuvrement*, “inoperância”. É, sobretudo, no último ensaio de *A parte do fogo*, “A literatura e o direito à morte”, que ele explicita a relação essencial entre a literatura e o negativo. O autor não é nada antes de escrever; é apenas com o livro e no livro que escreve que ele passa a ser alguma coisa, que ele passa de fato a ser. Portanto, o livro, a obra provém literalmente do nada que o autor é antes de ser autor. Por sua vez, a literatura, aquilo que no livro se escreve, só existe ao negar o que não é ela própria. Escreve-se “modificando realidades naturais e humanas” (p. 303). A palavra *cão* de uma certa maneira mata o cão concreto, real, o primeiro nome é um homicídio, dizia Hegel. A literatura nega o real, ela *irrealiza*. Portanto, a literatura vem do nada, do autor que não é nada, e, por outro lado, ela, por assim dizer, “nadifica”, converte em nada, destrói. Ela é o próprio nada de onde provém e que produz, é o vazio que tem em seu centro.

Já em *O espaço literário*, Blanchot desenvolve a noção de “inoperância”, o *désœuvrement*, termo intraduzível (“ociosidade”, na edição em português). Na modernidade, os autores que mais rigorosamente enfrentam a exigência radical da literatura são aqueles que mais resistem a ela, adiam-na no limite do impossível, ou de fato a abandonam. Rimbaud foge para o deserto na África; Kafka se refugia na escrita do *Diário*, nos textos em primeira pessoa, sonha em ir para a Palestina virar trabalhador agrícola, encontrando finalmente “uma vida repleta de sentido” (p. 59), sentido este que claramente a literatura não contém; Hugo Hofmannsthal só começa a escrever de fato no momento em que perde a inspiração, quando abandona a facilidade de um fazer já dado, para encarar de frente o perigo, a ameaça da esterilidade: é apenas neste momento que a literatura de fato começa. A obra de arte é no momento de desaparecer, ela atinge a profundidade de seu ser no momento em que deixa de ser. O emblema da literatura é o olhar de Orfeu, o olhar que produz a imagem da coisa no momento de ir-se, de morrer.

Literatura e política

A literatura como ato de desaparecer parece estar em contradição com um outro lado complementar a este: a militância de Blanchot. De fato, como vimos, pelo menos em dois momentos de sua vida, ele será um homem público extremamente atuante. Nos anos 1930, como jornalista em jornais de extrema-direita, nacionalista e anti-hitlerista, e em maio de 1968, como um dos intelectuais mais ativos no apoio aos estudantes insurretos. Nos anos 1930 ele é jornalista; em 1968 ele é panfletista de textos anônimos. Essa passagem da direita para a esquerda é explicada pelos críticos pela travessia da Segunda Guerra Mundial, o holocausto judaico, e quem sabe pelo contato com Georges Bataille. De todo o modo, o que há em comum tanto na militância blanchotiana, no Blanchot público, e no autor de textos evanescentes é o problema da liberdade e da negatividade. Em ambos os casos, trata-se de associar o ato humano essencialmente à insubordinação: a negação, à morte, à ausência de produção, à loucura, de um lado, ou à recusa de obedecer, o desejo de uma outra realidade, de um outro mundo. É este desejo que vincula de maneira indissociável a literatura e a política, e que faz com que a literatura seja essencialmente política, mesmo e sobretudo quando se recusa à política.

Por João Camillo Penna, pesquisador, professor da UFRJ e crítico literário.